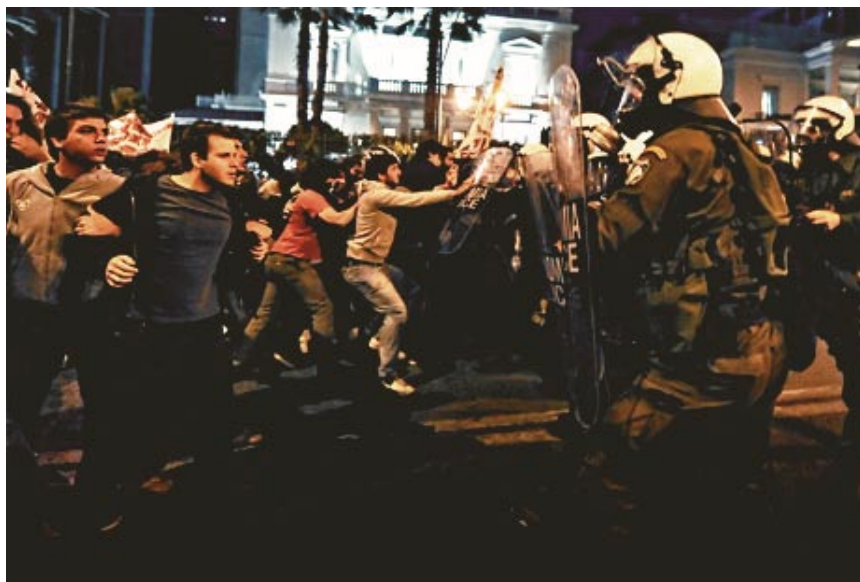
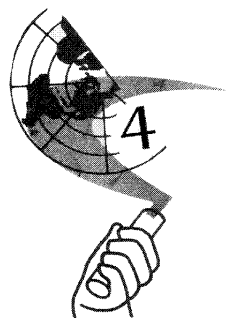


# A crise mundial do capitalismo



**Textos de  
Marx, Engels, Lênin e Trotsky**

**Partido  
Operário  
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS  
**MASSAS**

# Índice

1. Apresentação .....	03
2. O método de Marx.....	09
3. A perspectiva geral da Concepção Materialista da História .....	13
4. Sobre a essência do capitalismo e os fundamentos da crise de superprodução.....	15
a) A produção de mercadorias	
b) A força de trabalho como mercadoria e a produção de mais-valia	
c) Processo de exploração e os métodos de extração da mais-valia	
d) A lei fundamental do capitalismo: miséria para os trabalhadores, riqueza para os capitalistas	
e) Mudança na composição orgânica do capital, lei da tendência à queda da taxa de lucro e desenvolvimento das crises de superprodução	
f) Tendência histórica da acumulação capitalista: expropriação dos expropriadores	
4. Forças produtivas versus Relações de produção .....	31
5. As crises cíclicas do capitalismo.....	33
6. A crise do capitalismo e as condições para o socialismo.....	37

7. O capitalismo em sua fase de agonia.....	51
8. Crises conjunturais e crise histórica do capitalismo54a) A premissa econômica da revolução socialista	
b) Essa crise é a última do capitalismo ou não?	
c) Fatalismo e marxismo	
9) A necessidade do partido revolucionário.....	58
10) Sobre a IV Internacional.....	63

# Apresentação

A crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos e que se desenvolve internacionalmente, colocou para a militância revolucionária a necessidade de assimilar com profundidade as lições de Marx, Engels, Lênin e Trotsky sobre a natureza das crises capitalistas, suas consequências para a vida e trabalho do proletariado e demais explorados e as perspectivas abertas para o fortalecimento do partido revolucionário, a reconstrução da IV Internacional e a luta pelo socialismo. Os textos a seguir foram compilados para a Escola de Quadros do Partido Operário Revolucionário, tendo por objetivo a compreensão da teoria marxista das crises capitalistas de superprodução, a discussão da crise atual e seus desdobramentos no Brasil, como parte da formação política da militância para a intervenção organizada na luta de classes.

Os economistas burgueses anteriores a Marx e Engels além de naturalizarem as relações de produção capitalistas e a propriedade privada, não deram às crises econômicas um lugar de destaque. Ou as negavam, ou as encaravam como algo menor, excepcional na dinâmica da economia capitalista. Diferentemente dos economistas burgueses, os fundadores do marxismo procuraram de-

envolver uma análise científica profunda sobre a origem, desenvolvimento e crise do capitalismo, mostrando que as crises na sociedade burguesa se caracterizam por serem de superprodução, isto é, resultam da produção em excesso de mercadorias e valores, que não encontram vazão nos mercados consumidores, sempre limitados em relação a enorme capacidade produtiva da indústria moderna e ao desenvolvimento das forças produtivas (técnica e organização do trabalho).

As crises capitalistas se diferenciam, portanto, das crises dos modos de produção anteriores. No feudalismo, as crises econômicas eram resultados da subprodução, isto é, da escassez de produtos, ocasionada por catástrofes, guerras, doenças etc., produzindo fome e miséria para os produtores. No capitalismo ocorre o oposto: as crises são resultado, como disse Marx n’*O manifesto comunista* de 1848, do excesso de “civilização”, da ampla capacidade produtiva criada pela revolução industrial e pelo avanço técnico, que periodicamente se expressam nas crises de superprodução. As relações de produção burguesas, baseadas na grande propriedade privada, se tornaram demasiadamente estreitas para conter as forças produtivas modernas e, por isso, estas rompem periodicamente as amarras impostas pelas relações de produção.

Partindo da análise da mercadoria, como célula básica da sociedade capitalista, Marx demonstra em *O capital*, de 1867, que a economia mercantil burguesa tem como objetivo não a satisfação das necessidades dos produtores individuais, como ocorria com a economia mercantil simples anterior, mas a extração de mais-valia, a valorização e acumulação de capital. Para tanto, apenas a mercadoria força de trabalho, ao ser contratada e introduzida no processo de produção, produz não só o valor que lhe foi pago pelo capitalista na forma de salário (capital variável), mas também um novo valor, que Marx denomina de mais-valia. A jornada de trabalho é, pois, dividida em duas partes: no tempo de trabalho necessário, o trabalhador produz o seu

próprio salário; no tempo de trabalho excedente, produz a mais-valia, apropriada sem qualquer contrapartida pelo capitalista. Para tanto, os capitalistas forjaram ao longo de séculos dois métodos de exploração: a mais-valia absoluta (prolongamento da jornada de trabalho) e a mais-valia relativa (aumento da produtividade e intensificação do ritmo de trabalho).

Porém o capitalismo é um sistema fundado na anarquia da produção, isto é, a organização da empresa individual não se estende ao conjunto da economia do país e mundial. Não há planificação econômica. Movido pela concorrência e pela necessidade de extrair cada vez mais-valia dos trabalhadores, os capitalistas são obrigados a investir no avanço técnico e na introdução de métodos mais aperfeiçoados de organização do trabalho. As crises de superprodução, provocadas pela anarquia da produção e pela capacidade das forças produtivas industriais, são potencializadas ainda mais com as mudanças na composição orgânica do capital, concentração e centralização do capital, pauperização das massas e aumento do exército industrial de reserva. Na composição orgânica do capital, o capital constante (investido em máquinas, equipamentos, matéria-prima, instrumentos de trabalho) prevalece cada vez mais em relação ao capital variável (salários). Para os trabalhadores, essa mudança representa menos força de trabalho empregue na indústria, maior desemprego, aumento do ritmo de trabalho. Para o capitalismo, em seu conjunto, expressa a tendência à queda da taxa de lucro, tendo em vista que apenas a força de trabalho produz mais-valia, valoriza o capital. A lei fundamental do capitalismo é a concentração da riqueza nas mãos de uma pequena minoria de capitalistas e da exploração, desemprego e miséria entre os trabalhadores.

Os textos de Lênin e Trotsky complementam a análise dos fundadores do marxismo. Partindo das tendências estudadas por Marx em *O Capital*, Lênin demonstra que a concorrência capitalista leva à formação dos monopólios,

dos grandes conglomerados econômicos, que dominam ramos inteiros da produção e determinam a política e as ações de Estados e governos. A fusão do capital bancário e industrial dá origem ao capital financeiro, que está na base da política imperialista das grandes potências e da opressão sobre os países capitalistas atrasados. A época imperialista expressa a decadência do capitalismo, a sua fase agonizante, caracterizada por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Trotsky mostra como as forças produtivas do capitalismo deixaram de se desenvolver de conjunto. Analisa também a relação entre as crises conjunturais, imanentes ao funcionamento da economia burguesa, e a crise histórica do capitalismo, que expressa a sua decadência. As crises conjunturais (periódicas, cíclicas) aprofundam os elementos da crise histórica (estrutural), expressando o choque entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Os capitalistas, seu Estado e governos, continuarão utilizando os recursos e instrumentos disponíveis para prolongar a agonia do sistema econômico, descarregando nos ombros dos trabalhadores o ônus da crise, como o desemprego, fome, miséria, destruição de direitos, reformas antipopulares, cortes nos orçamentos para educação, saúde, moradia, rebaixamento dos salários, entre outros. Para os capitalistas, porém, os governos colocarão à disposição os recursos estatais, socorrendo-os nos momentos de crise.

A crise de 2008 abriu para os trabalhadores e demais explorados uma nova etapa da luta de classes mundial, levando a choques violentos contra os governos e seus aparatos repressivos. Quanto mais a crise de superprodução se aprofunda e afeta todos os países e continentes, mais os governos procuram responder aos seus efeitos com as chamadas “políticas de austeridade”, que nada mais significam que medidas contra a vida das massas, a favor dos interesses dos grandes capitalistas da indústria, do comércio, dos bancos e financistas. Na Europa ocorreram

inúmeras manifestações de rua, ocupação de praças e greves em vários países. Países como Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda estão numa situação econômica e social deplorável. As potências imperialistas como Estados Unidos, Inglaterra e França também foram profundamente afetados pela crise mundial. A economia da China sofreu uma desaceleração e mesmo retração. Os países capitalistas atrasados da América Latina sentem o peso das contradições da economia mundial se desenvolvendo, atingindo as economias nacionais já debilitadas. Da mesma maneira, o Brasil está sendo arrastado para o turbilhão da crise mundial do capitalismo.

Apesar da disposição de luta das massas trabalhadoras e da juventude, prevalece o domínio de direções políticas reformistas e da burocracia sindical. Essas direções constituem um entrave ao avanço da luta, na medida em que procuram traduzir nos movimentos sociais a política de colaboração de classes com os governos burgueses e os capitalistas. Para tanto, mutilam a independência política da classe operária e destroem qualquer elemento da democracia proletária nas organizações (sindicatos, centrais). No Brasil, as direções das principais centrais sindicais governistas chegaram mesmo a realizar atos conjuntos com organizações dos capitalistas sob a base de reivindicações que beneficiavam os patrões. Os trabalhadores e a juventude ficam desarmados diante dos ataques dos patrões e dos governos às suas condições de vida e trabalho. Trata-se da crise de direção revolucionária da qual fala Trotsky, que precisa ser historicamente superada.

Para a militância, a conclusão política do debate sobre a teoria marxista das crises de superprodução e suas consequências é a de que é necessário construir e fortalecer o Partido Operário Revolucionário (POR) e batalhar pela reconstrução da IV Internacional. O capitalismo só será destruído pela ação das massas trabalhadoras e demais oprimidos, dirigidos por um partido experimentado no programa e na ação revolucionária. O atraso na superação



da crise de direção revolucionária, aberta pela degeneração burocrática dos Estados operários, especialmente da desagregação da URSS, pela burocratização e destruição do partido bolchevique e da III Internacional pelo stalinismo conduz ao avanço da barbárie social capitalista. A tarefa colocada para a militância consiste em assimilar as lições do marxismo e da experiência internacional da classe operária para por em pé a IV Internacional e fortalecer o POR.

*Julho de 2012  
Nelson Berton*

# 1. O método de Marx (Leon Trotsky, O marxismo em nosso tempo)

Tendo definido a ciência como o conhecimento dos recursos objetivos da natureza, o homem procurou, obstinada e persistentemente, excluir a si mesmo da ciência, reservando-se privilégios especiais sob a forma de um pretense intercâmbio com forças suprassensíveis (religião) ou com preceitos morais independentes do tempo (idealismo). Marx privou o homem definitivamente e para sempre desses odiosos privilégios, considerando-o um elo natural no processo evolutivo da natureza material, a sociedade como a organização para a produção e a distribuição e o capitalismo como uma etapa no desenvolvimento da sociedade humana.

A finalidade de Marx não era descobrir as “leis eternas” da economia. Ele negou a existência de tais leis. A história do desenvolvimento da sociedade humana é a história da sucessão de diversos sistemas econômicos, cada um dos quais atua de acordo com suas próprias leis. A transição de um sistema para outro sempre foi determinada pelo aumento das forças de produção, por exemplo, da técnica e da organização do trabalho. Até certo ponto, as mudanças sociais são de caráter quantitativo e não alteram as bases da sociedade, por exemplo, as formas prevalecen-

tes da propriedade. Mas chega-se a um novo ponto quando as forças produtivas maduras já não podem conter-se por mais tempo dentro das velhas formas da propriedade: produz-se, então, uma mudança radical na ordem social, acompanhada de comoções. A comuna primitiva foi substituída ou complementada pela escravidão; à escravidão seguiu-se a servidão com sua superestrutura feudal; o desenvolvimento comercial das cidades levou a Europa, no século XVI, à ordem capitalista, que passou imediatamente por diversas etapas. Em seu *Capital*, Marx não estuda a economia em geral, mas a economia capitalista, que tem leis específicas próprias. Refere-se a outros sistemas apenas de passagem e com o objetivo de pôr em evidência as características do capitalismo.

A economia da família de agricultores primitiva, que se bastava a si mesma, não tinha necessidade da “economia política”, pois era dominada por um lado pelas forças da natureza e por outro pelas forças da tradição. A economia natural dos gregos e romanos, completa em si mesma, fundada no trabalho dos escravos, dependia da vontade do proprietário dos escravos, cujo “plano” era diretamente determinado pelas leis da natureza e da rotina. O mesmo se pode dizer do Estado medieval com seus servos camponeses. Em todos esses casos as relações econômicas eram claras e transparentes em sua crueza primitiva. Mas o caso da sociedade contemporânea é completamente diferente. Ela destruiu essas velhas conexões completas em si mesmas e esses modos de trabalho herdados. As novas relações econômicas relacionaram entre si as cidades e as vilas, as províncias e as nações. A divisão do trabalho abarcou todo o planeta. Tendo destroçado a tradição e a rotina, esses laços não se estabeleceram de acordo com algum plano definido, e sim muito mais à margem da consciência e da previsão humanas. A interdependência dos homens, dos grupos, das classes, das nações, consequência da divisão do trabalho, não é dirigida por ninguém. Os homens trabalham uns para os outros sem conhecer-se,

sem conhecer as necessidades dos demais, com a esperança, e inclusive com a certeza, de que suas relações se regularizarão de algum modo por si mesmas. E assim o fazem, ou melhor, assim gostariam de fazê-lo.

É totalmente impossível encontrar as causas dos fenômenos da sociedade capitalista na consciência subjetiva — nas intenções ou nos planos de seus membros. Os fenômenos objetivos do capitalismo foram formulados antes que a ciência começasse a pensar seriamente sobre eles. Até hoje a imensa maioria dos homens nada sabe sobre as leis que regem a economia capitalista. Toda força do método de Marx reside em se aproximar dos fenômenos econômicos, não do ponto de vista subjetivo de certas pessoas, mas do ponto de vista objetivo do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, da mesma forma que um homem de ciência que estuda a natureza se aproxima de uma colméia ou de um formigueiro.

Para a ciência econômica o que tem um significado decisivo é o que fazem os homens e como o fazem, o que pensam eles com relação a seus atos. Na base da sociedade não se encontram a religião e a moral, mas a natureza e o trabalho. O método de Marx é materialista, pois vai da existência à consciência e não o contrário. O método de Marx é dialético, pois observa como a natureza e a sociedade evoluem e a própria evolução como a luta constante das forças em conflito.

Marx teve predecessores. A economia política clássica — Adam Smith, David Ricardo — floresceu antes que o capitalismo tivesse se desenvolvido, antes que começasse a temer o futuro. Marx rendeu aos grandes clássicos o perfeito tributo de sua profunda gratidão. No entanto, o erro básico dos economistas clássicos era considerarem o capitalismo como a existência normal da humanidade em todas as épocas, ao invés de considerá-lo simplesmente como uma etapa histórica no desenvolvimento da sociedade. Marx iniciou a crítica dessa economia política, mostrou seus erros, assim como as contradições do pró-

prio capitalismo, e demonstrou que seu colapso era inevitável.

A ciência não atinge sua meta no estudo hermeticamente fechado do erudito, e sim na sociedade de carne e osso. Todos os interesses e paixões que dilaceram a sociedade exercem sua influência no desenvolvimento da ciência, principalmente da economia política, a ciência da riqueza e da pobreza. A luta dos trabalhadores contra os capitalistas obrigou os teóricos da burguesia a dar as costas para a análise científica do sistema de exploração e a ocupar-se com uma descrição vazia dos fatos econômicos, o estudo do passado econômico e, o que é muitíssimo pior, com uma falsificação absoluta das coisas tais como são com o propósito de justificar o regime capitalista. A doutrina econômica ensinada até hoje nas instituições oficiais de ensino e que se prega na imprensa burguesa não está desprovida de materiais importantes relacionados com o trabalho, mas não obstante é inteiramente incapaz de abarcar o processo econômico em seu conjunto e descobrir suas leis e perspectivas, nem tem o menor intuito de fazer isso. A economia política oficial está morta.

## 2. A perspectiva geral da Concepção Materialista da História (Karl Marx, Para a crítica da economia política)

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações

se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revolucionar-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. As grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.

### 3. Sobre a essência do capitalismo e os fundamentos da crise de superprodução (Karl Marx, O Capital)

#### a) *A produção de mercadorias*

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista apresenta-se como uma “imensa acumulação de mercadorias”. A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objeto é um meio de subsistência, [objeto de consumo,] indiretamente, se é um meio de produção.

Todas as coisas úteis, como o ferro, o papel, etc., podem ser consideradas sob um duplo ponto de vista: o da *qualidade* e o da *quantidade*. Cada uma delas é um conjunto de propriedades diversas, podendo, por conseguinte, ser útil



sob diferentes aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, ao mesmo tempo, os diversos usos das coisas, isso é obra da história. Assim, a descoberta de medidas sociais para quantificar as coisas úteis: a diversidade destas medidas decorre, em parte, da natureza diversa dos objetos a medir, em parte, de convenção.

A utilidade de uma coisa transforma essa coisa num *valor de uso*. Mas esta utilidade nada tem de vago e de indeciso. Sendo determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, não existe sem ele. O próprio corpo da mercadoria, tal como o ferro, o trigo, o diamante, etc., é, conseqüentemente, um valor de uso, e não é o maior ou menor trabalho necessário ao homem para se apropriar das qualidades úteis que lhe confere esse caráter. Quando estão em causa valores de uso, subentende-se sempre uma quantidade determinada, como uma dúzia de relógios, um metro de tecido, uma tonelada de ferro, etc. Os valores de uso das mercadorias constituem o objeto de um saber particular: a ciência e a arte comerciais. Os valores de uso só se realizam pelo uso ou pelo consumo. Constituem o *conteúdo material da riqueza*, qualquer que seja a forma social dessa riqueza. Na sociedade que nos propomos examinar, são, ao mesmo tempo, os suportes materiais do *valor de troca*...

Ora, se abstrairmos do valor de uso das mercadorias, resta-lhes uma única qualidade, a de serem *produto do trabalho*. Então, porém, já o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Com efeito, se abstrairmos do seu valor de uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objeto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com os caracteres úteis particulares dos produtos de trabalho, desaparecem o caráter útil dos trabalhos neles contidos e as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho. Apenas

resta, portanto, o caráter comum desses trabalhos; todos eles são reduzidos ao mesmo trabalho humano, [trabalho humano *abstrato*], a um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força...

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso. Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra.

### *b) A força de trabalho como mercadoria e a produção de mais-valia*

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Ao servir de meio de compra ou de pagamento, o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que compra ou paga, e, ao manter-se em sua própria forma, petrifica-se em valor de magnitude fixada. Tampouco pode a mudança do valor decorrer do segundo ato da circulação, da revenda de mercadorias, pois esse ato apenas reconverte a mercadoria da forma natural em forma dinheiro... Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie... Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender...

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalismo, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia -, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor de uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir

adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto deste processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adegá...

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor...

Vimos que o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários... Na parte do dia de trabalho na qual gera o valor diário da força de trabalho, digamos 3 xelins, apenas substitui o valor desembolsado do capital variável pelo novo valor criado, e essa criação de valor é mera reprodução. Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo... O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho, chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho

nela despendido, de trabalho excedente...

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias.

### *c) Processo de exploração e os métodos de extração de mais-valia*

O dono do dinheiro pagou o valor da força de trabalho; pertence-lhe portanto a utilização dessa força de trabalho durante um dia; pertence-lhe um dia de trabalho. A circunstância de, por um lado, a subsistência diária da força de trabalho custar meia-jornada e de, por outro lado, a força de trabalho poder ser utilizada durante todo o dia e de, por conseguinte, o valor que a sua utilização durante um dia cria ser o dobro do que é pago pela sua utilização, esta circunstância é com certeza um infortúnio para o vendedor...

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural da vida. Menor quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna...

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor

de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente do salário. A produção de mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho, a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

*d) A lei fundamental do capitalismo: miséria para os trabalhadores, riqueza para os capitalistas*

Todos os métodos de elevação da produtividade do trabalho que se desenvolvem sobre esta base são simultaneamente métodos para a produção alargada de mais-valia (ou sobreproduto), a qual, por seu turno, é o elemento constitutivo da acumulação. Tais são, portanto, e simultaneamente, métodos de produção do capital pelo capital, ou métodos de acumulação acelerada. A ininterrupta retransformação da mais-valia em capital surge agora sob a forma duma cada vez mais elevada quantidade de capital introduzida no processo de produção. Esta, por seu turno, é a base de uma alargamento constante da produção, dos métodos de expansão da mais-valia, da produtividade do trabalho que lhe é correlativa e de aceleração da produção de mais-valia...

As massas de capital que se fundem dum momento para o outro pela centralização reproduzem-se e multiplicam-se tal como as outras, só que mais rapidamente, tornando-se portanto novas e poderosas alavancas de acumulação social. Por conseguinte, quando falamos do progresso da acumulação social, incluímos tacitamente nisto os efeitos da centralização...

A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção

em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, ao passo que a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantes empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital...

Ao analisar a produção da mais-valia relativa, na Parte Quarta, verificamos: dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquinas, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infe-re-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. A lei que mantém a superprodução relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. *Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação mo-*

*ral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital ... Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias.*

*e) Mudança na composição orgânica do capital, lei da tendência à queda da taxa de lucro e desenvolvimento de crises de superprodução*

A parte do capital, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor, no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável...

Assim, à medida que a acumulação avança, a relação entre capital constante e capital variável se modifica. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas pelo volume de seu componente variável, ela cai progressivamente, à medida que o capital global cresce, em vez de aumentar proporcionalmente a ele, de acordo com a nossa hipótese anterior. A acumulação capitalista produz permanentemente, e à proporção de sua energia e extensão, uma *população operária excedente* relativa, excedente em relação às necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua...

Por outro lado, demonstramos que os processos de criação de sobrevalor relativo levam, em grandes linhas, de um lado, a transformar uma massa dada de trabalho em tanto sobrevalor quanto possível e, de outro, a utilizar o mínimo de trabalho possível em relação ao capital adiantado; de modo que as mesmas causas que permitem aumentar



a taxa de exploração de trabalho são também aquilo que impede de explorar tanto trabalho quanto antes, com o mesmo conjunto de capitais. São essas as tendências antagonônicas que, ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da taxa de sobrevalor, contribuem também para uma queda da massa de sobrevalor criada por um capital e, assim, para uma *queda da taxa de lucro...*

As crises mundiais devem ser consideradas como a concentração real e a acomodação forçosa de todas as contradições da economia burguesa. Os fatores individuais, que são condensados nestas crises, devem, portanto, surgir e ser descritos em cada esfera da economia burguesa, e quanto mais avançamos em nosso exame da última, mais aspectos deste conflito devem ser descobertos, por um lado; e, por outro lado, deve ser mostrado que suas formas mais abstratas são recorrentes e estão contidas nas formas mais concretas.

Portanto, pode ser dito que a crise em sua primeira forma é a metamorfose da própria mercadoria, a ruptura entre compra e venda. Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e então o dinheiro figura em duas fazes diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos. Ambas as formas são ainda muito abstratas, embora a segunda seja mais concreta do que a primeira.

Vejam os movimentos do capital a partir do momento em que ele deixa o processo de produção como mercadoria para mais uma vez emergir dele como uma mercadoria. Se abstrairmos aqui todos os outros fatores que determinam seu conteúdo, então o capital mercadoria total e cada mercadoria individual que o constitui devem passar pelo processo  $M - D - M$ , a metamorfose da mercadoria. A possibilidade geral da crise que está contida nesta forma – a ruptura entre compra e venda – está assim contida no movimento do capital, na medida em que o último também é mercadoria e nada além de mercadoria. Da interconexão das metamorfoses de mercadorias segue-se, além disso, que uma mercadoria é transformada em dinheiro porque

outra é retransformada da forma de dinheiro em mercadoria. Além disso, a separação entre compra e venda aparece aqui de tal modo que a transformação de um capital da forma mercadoria para a forma dinheiro deve corresponder à retransformação de outro capital da forma dinheiro para a forma mercadoria. A primeira metamorfose de um capital deve corresponder à segunda metamorfose de outro; um capital deixa o processo de produção enquanto outro retorna a esse processo. Esses entrelaçamentos e mistura dos processos de reprodução ou circulação de diferentes capitais são, por um lado, exigidos pela divisão de trabalho e, por outro, acidentais; e assim, a definição do conteúdo da crise já se amplia.

Segundo, em relação à possibilidade da crise surgindo da forma do dinheiro como *meio de pagamento*, parece que o capital pode fornecer uma base muito mais concreta para transformar essa possibilidade em realidade. Por exemplo, o tecelão deve pagar por todo o capital constante cujos elementos foram produzidos pelo fiandeiro, o produtor de linho, o construtor de máquinas, o fabricante de aço e madeira, de carvão etc. Na medida em que os últimos produzem capital constante que apenas entra na produção de capital constante, sem entrar no vestuário, na mercadoria final, eles substituem os meios de produção uns dos outros através da troca de capital. Supondo que o tecelão agora vende a roupa por 1.000 libras ao comerciante, mas em troca de uma nota de câmbio para que o dinheiro figure como meio de pagamento. O tecelão por seu lado entrega a nota de câmbio ao banqueiro, para o qual ele pode estar assim pagando uma dívida, ou de outra forma, o banqueiro pode negociar a fatura para ele. O produtor de linho vendeu ao fiandeiro em troca de uma nota de câmbio, o fiandeiro ao tecelão, idem o fabricante de máquinas ao tecelão, idem o fabricante de ferro e madeira ao construtor de máquinas, idem o produtor de carvão ao fiandeiro, tecelão, fabricante de máquinas e o fornecedor de ferro e madeira. Além disso, os produtores de ferro, car-

vão, madeira e linho pagaram um ao outro com notas de cambio. Agora, se o comerciante não pagar, então o tecelão não pode pagar sua nota de câmbio ao banqueiro...

E todos esses, por sua vez, enquanto não podem realizar o valor de suas mercadorias, não podem substituir aquela porção de valor que substituiu seu capital constante. Assim, nasce a crise geral. Isso não é outra coisa senão a possibilidade de crise descrita quando se lida com o dinheiro como meio de pagamento; mas aqui – na produção capitalista – já podemos ver a conexão entre as reivindicações e obrigações mútuas, as vendas e compras, através das quais pode se desenvolver a possibilidade no mundo real.

Isso mostra quão insípidos são os economistas que, quando não são mais capazes de explicar satisfatoriamente o fenômeno da *superprodução* e crises, se contentam em dizer que essas formas contêm a *possibilidade de crises*, que, portanto, é acidental se as crises ocorrem ou não, e portanto sua própria ocorrência é apenas *obra do azar*.

As contradições inerentes na circulação de mercadorias, que são mais desenvolvidas na circulação de dinheiro – e assim, também, as possibilidades de crises – reproduzem-se, automaticamente, no capital, já que a circulação desenvolvida das mercadorias e do dinheiro, de fato, ocorre apenas com base no capital.

Mas agora o desenvolvimento posterior da crise potencial deve ser investigado – a crise real pode ser apenas deduzida do movimento real da produção, concorrência e crédito capitalistas – na medida em que a crise surge dos aspectos especiais do capital que são peculiares a ele como capital, e não apenas incluídos em sua existência como mercadoria e dinheiro...

O processo de circulação como um todo ou o processo de reprodução do capital como um todo é a unidade de sua fase de produção com sua fase de circulação, de maneira que ele abarque ambos esses processos e fases. Nisto reside uma possibilidade mais desenvolvida ou forma abstrata de crise. Os economistas que negam as crises consequen-

temente afirmam apenas a unidade destas duas fases. Se elas fossem apenas separadas, sem serem uma unidade, então sua unidade não poderia ser estabelecida pela força e não poderia haver crise. Se elas fossem apenas uma unidade sem se separarem, então nenhuma separação violenta que implicasse uma crise seria possível. *A crise é o estabelecimento forçado de unidade entre os elementos que se tornaram independentes e a separação forçada de um ou outro de elementos que são essencialmente um só...*

O desenvolvimento da capacidade social produtiva do trabalho se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, na magnitude das forças produtivas já produzidas, no volume de valor e no volume de massa das condições de produção em que a nova produção se desenvolve e na magnitude absoluta do capital produtivo já acumulados; em segundo lugar, no relativo pequeno volume de capital investido em salários, comparado com o capital total, isto é, no relativo pequeno volume do trabalho vivo necessários para a reprodução e valorização de um capital dado, para a produção em massa. O que supõe, por sua vez, a concentração de capital. Em relação à força de trabalho empregada, o desenvolvimento da capacidade produtiva se revela também de dois modos: de um lado, no aumento do trabalho excedente, isto é, na redução do tempo de trabalho necessário que é indispensável para a reprodução da força de trabalho; em segundo lugar, na diminuição da quantidade de força de trabalho (número de operários) empregada para pôr em movimento um capital dado...

A contradição, expressa em termos muito gerais, consiste em que, por um lado, o regime capitalista de produção tende ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, prescindindo do valor e da mais-valia implícita nele e prescindindo também das condições sociais dentro das quais se desenvolve a produção capitalista, enquanto, por outro lado, tem como objetivo a conservação do valor-capital existente e sua valorização ao máximo (isto é, o incremento constantemente acelerado deste valor. Seu caráter específico versa sobre o va-

lor-capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor). Os métodos por meio dos quais consegue isto incluem a diminuição da taxa de lucro, a depreciação do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho ao custo das forças produtivas já produtivas.

A depreciação periódica do capital existente que constitui o meio inerente ao regime capitalista de produção, destinada a conter a queda da taxa de lucro e a acelerar a acumulação do valor capital mediante a criação de capital novo, vem para perturbar as condições dadas em que se desenvolve o processo de circulação e reprodução do capital e, portanto, vem acompanhada de súbitas paralisações e crises do processo de produção.

A redução relativa do capital variável em relação ao constante, em paralelo com o desenvolvimento das forças produtivas, serve de estímulo ao crescimento da população operária, criando constantemente uma superpopulação artificial. A acumulação do capital, considerada quanto ao valor, é amortizada pela taxa decrescente de lucro para acelerar mais ainda a acumulação do valor de uso, enquanto esta imprime, por sua vez, novo impulso para acumulação, considerada quanto ao valor.

A produção capitalista aspira constantemente a superar estes limites inerentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltar a erguer perante ela estes mesmos limites com força ainda maior.

O *verdadeiro limite* da produção capitalista é o *próprio capital*, o fato de que, nela, é o capital e sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção só é produção para o capital e não, ao contrário, para os meios de produção, simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da *sociedade* dos produtores. Disso resulta que os limites dentro dos quais devem se mover a conservação e a valorização do valor-capital, as quais se apoiam na expropriação e pauperização das grandes massas dos produtores, se choquem constantemente

com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins e que tendem ao aumento ilimitado da produção, à produção pela própria produção, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Em consequência, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, abarca ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais de produção.

*f) Tendência histórica da acumulação capitalista: a expropriação dos expropriadores*

Logo que este processo de transformação decompõe de alto a baixo suficientemente a velha sociedade, logo que os trabalhadores foram transformados em proletários e as suas condições de trabalho em capital, logo que o modo de produção capitalista ficou de pé, a ulterior socialização do trabalho e a ulterior transformação da terra e outros meios de produção em meios de produção explorados socialmente, portanto, em meios de produção comunitários, e, assim, a ulterior expropriação dos proprietários privados, ganham uma forma nova. O que agora é de expropriar já não é mais o trabalhador trabalhando para si, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Esta expropriação completa-se pelo jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Um capitalista mata sempre muitos. De braço dado com esta centralização ou com esta expropriação de muitos capitalistas por poucos, a forma cooperativa do processo de trabalho desenvolve-se numa escala sempre crescente; desenvolve-se a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planificada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas comunitariamente, a economia de todos os meios de produção através

do seu uso como meios de produção de trabalho combinado, social, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com o número continuamente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe operária, sempre a engrossar e instruída, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que com ele e sob ele floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu invólucro capitalista. Este é rompido. Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

O modo de apropriação capitalista, proveniente do modo de produção capitalista, portanto, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada em trabalho próprio. Mas a produção capitalista engendra com a necessidade de um processo natural a sua própria negação. É negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas, sim, a propriedade individual na base das conquistas da era capitalista: da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

A transformação da propriedade privada fragmentada assente em trabalho próprio do indivíduo em propriedade privada capitalista é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais longo, duro e difícil do que a transformação da propriedade privada capitalista já efetivamente assente numa empresa de produção social em propriedade social. Tratava-se ali da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, aqui trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo.

## 4. Forças produtivas versus Relações de produção (Karl Marx e Friedrich Engels, O manifesto comunista)

As relações burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara. De há decênios para cá, a história da indústria e do comércio é apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, na sua recorrência periódica, põem em questão, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais é regularmente aniquilada uma grande parte não só dos produtos fabricados como das forças produtivas já criadas. Nas crises irrompe uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores – a epidemia da sobreprodução. A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe



que uma fome, uma guerra de aniquilamento universal lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio, parecem aniquilados. E porquê? Porque ela possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem para promoção das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, e são por elas tolhidas; e logo que triunfam deste tolhimento lançam na desordem toda a sociedade burguesa, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza por elas gerada. – E como triunfa a burguesia das crises? Por um lado, pela aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquistas de novos mercados e pela exploração mais profunda de antigos mercados. De que modo, então? Preparando crises mais *omnilaterais* e mais poderosas, e diminuindo os meios de prevenir as crises.

## 5. As crises cíclicas do capitalismo (Friedrich Engels, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra)

Dada a anarquia reinante na moderna produção e distribuição dos meios de subsistência, empreendidas não para a satisfação imediata das necessidades, mas para a obtenção do lucro, e dado o sistema em que cada um trabalha e enriquece sem se preocupar com os outros, é inevitável que a cada instante surjam perturbações. A Inglaterra, por exemplo, fornece as mais variadas mercadorias a uma grande série de países. Ainda que o industrial saiba a quantidade anual do consumo de um artigo em cada país, ele nunca sabe a magnitude dos estoques lá acumulados nem a quantidade exportada por seus concorrentes. Apenas as contínuas oscilações dos preços podem sugerir-lhe uma ideia aproximada das necessidades e dos estoques e assim ele é constrangido a expedir suas mercadorias às cegas; tudo se faz ao acaso, de modo irracional, mais ou menos fortuitamente. Basta uma pequena notícia favorável para que cada qual despache tudo que pode – e em pouco tempo aquele mercado está saturado de mercadorias, as vendas entram, os capitais não re-

tornam, os preços caem e a indústria inglesa não pode oferecer trabalho a seus operários. No início do desenvolvimento industrial, esses estrangulamentos se limitavam a alguns ramos industriais e a alguns mercados; mas o resultado centralizador da ação da concorrência – lançando os operários desempregados de um ramo industrial para outros em que é mais fácil encontrar trabalho, transferindo para outros as mercadorias que já não é possível escoar para determinado mercado – progressivamente fez convergir essas pequenas e limitadas crises numa única série de crises que se repetem periodicamente. Crises assim ocorrem comumente a cada cinco anos, depois de um breve período de prosperidade e de bem-estar geral; tanto o mercado interno quanto os externos se veem inundados de produtos ingleses que só lentamente podem se escoar; a atividade da indústria estagna em quase todos os ramos; os pequenos industriais e comerciantes, que não podem resistir ao atraso prolongado do retorno de seus capitais, entram em falência, enquanto os maiores suspendem seus negócios durante o pior momento, param suas máquinas ou as fazem operar apenas em “horário reduzido” (por exemplo, por meio dia); os salários caem, por causa da concorrência entre os desempregados, da redução do tempo de trabalho e da falta de vendas lucrativas; a miséria se generaliza entre os operários; as eventuais pequenas economias dos indivíduos são rapidamente devoradas; as instituições beneficentes se veem assoberbadas; o imposto para os pobres duplica, triplica e entretanto continua insuficiente; cresce o número de famintos; e de repente toda a massa da população ‘supérflua’ revela sua impressionante magnitude. Isso dura algum tempo; os ‘supérfluos’ safam-se como podem ou sucumbem; a beneficência e as leis sobre os pobres ajudam a prolongar vegetativamente a existência de muitos deles; outros encontram aqui e acolá, naqueles setores de trabalho mais afastados da indústria, menos suscetíveis à concorrência, alguma forma miserável de subsistência – e tão pouco basta ao homem para sobre-

viver por algum tempo! Pouco a pouco, a situação melhora; as mercadorias em estoque são escoadas e o desânimo geral reinante entre industriais e comerciantes impede que os mercados sejam rapidamente reabastecidos, mas enfim os preços se veem em alta e as notícias favoráveis que chegam de todas as partes estimulam a retomada das atividades.

Os mercados, em geral, ficam longe; antes que as novas importações cheguem a eles, a procura volta a crescer e, com ela, os preços; disputam-se as primeiras mercadorias a chegar, as primeiras vendas animam ainda mais o comércio; os carregamentos esperados prometem preços mais elevados e, na expectativa de novos aumentos, começa-se a proceder a compras especulativas, subtraindo assim ao consumo mercadorias que lhe estão destinadas precisamente no momento de maior necessidade – os especuladores fazem saltar ainda mais os preços, induzindo a novas importações. Todas essas notícias chegam à Inglaterra, os industriais retomam intensamente a produção, surgem novas fábricas, empregam-se todos os meios para aproveitar a conjuntura favorável. A especulação comparece, também aqui, com os mesmos efeitos que ocasiona nos mercados externos: faz saltar os preços e desvia as mercadorias do consumo, levando a produção industrial à extrema tensão; e então sobrevêm os especuladores ‘não solváveis’ – que trabalham com capital fictício, vivem do crédito e se arruinam se não conseguem revender rapidamente -, lançando-se nessa caça desordenada e geral ao lucro, aumentando com sua paixão desenfreada a confusão e elevando vertiginosamente os preços e a produção. Trata-se de uma atividade frenética, que arrasta mesmo os indivíduos mais equilibrados e experientes: forjam, fiam e tecem como se devessem equipar de novo a humanidade inteira, como se tivessem descoberto milhões de novos consumidores na superfície da Lua.

Repentinamente, os especuladores ‘não solváveis’ do ultramar, que necessitam de dinheiro muito depressa, co-

meçam a vender abaixo do preço do mercado; à sua primeira venda não se seguem outras, os preços flutuam, os especuladores atemorizados lançam suas mercadorias no mercado, o mercado se desequilibra, o crédito é afetado, uma firma depois outra suspende os pagamentos, as falências sucedem-se e descobre-se que, no mercado e a caminho dele, a quantidade de mercadorias é três vezes maior que aquela demandada pelo consumo. As notícias chegam à Inglaterra, onde, todavia, continuou-se a produzir a pleno vapor – então, o pânico apodera-se dos espíritos, as falências no ultramar acarretam falências na Inglaterra, a paragem das vendas precipita na quebra de outras empresas cujos estoques, por causa do medo, foram lançados no mercado e que, assim, potenciam o pânico. Eis o início de nova crise, que percorre as mesmas fases da anterior e, mais tarde, é seguida por outro período de prosperidade. O curso é sempre o mesmo: prosperidade, crise, prosperidade, crise – um ciclo eterno no qual se move, como dissemos, a indústria inglesa a cada cinco ou seis anos.

## 6. A crise do capitalismo e as condições para o socialismo (Friedrich Engels, Do socialismo utópico ao socialismo científico)

O modo capitalista de produção move-se nessas duas formas da contradição a ele inerente por suas próprias origens, descrevendo sem apelação aquele “círculo vicioso” já revelado por Fourier. Mas o que Fourier não podia ver ainda em sua época é que esse círculo se vai reduzindo gradualmente, que o movimento se desenvolve em espiral e tem de chegar necessariamente ao seu fim, como o movimento dos planetas, chocando-se com o centro. É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a imensa maioria dos homens, cada vez mais marcadamente, em proletários, e essas massas proletárias serão, por sua vez, as que, afinal, porão fim à anarquia da produção. É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas num preceito imperativo, que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinaria, sob pena de perecer. Mas melhorar a maquinaria equivale

a tornar supérflua uma massa de trabalho humano. E assim como a implantação e o aumento quantitativo da maquinaria trouxeram consigo a substituição de milhões de operários manuais por um número reduzido de operários mecânicos, seu aperfeiçoamento determina a eliminação de um número cada vez maior de operários das máquinas e, em última instância, a criação de uma massa de operários disponíveis que ultrapassa a necessidade média de ocupação do capital, de um verdadeiro exército industrial de reserva, como eu já o chamara em 1845, de um exército de trabalhadores disponíveis para as épocas em que a indústria trabalha a pleno vapor e que logo nas crises que sobrevêm necessariamente depois desses períodos, é lançado às ruas, constituindo a todo momento uma grilheta amarrada aos pés da classe trabalhadora em sua luta pela existência contra o capital e um regulador para manter os salários no nível baixo correspondente às necessidades do capitalista. Assim, para dizê-lo com Marx, a maquinaria converteu-se na mais poderosa arma do capital contra a classe operária, um meio de trabalho que arranca constantemente os meios de vida das mãos do operário, acontecendo que o produto do próprio operário passa a ser o instrumento de sua escravização. Desse modo, a economia nos meios de trabalho leva consigo, desde o primeiro momento, o mais impiedoso desperdício da força de trabalho e a espoliação das condições normais da função mesma do trabalho. E a maquinaria, o recurso mais poderoso que se pôde criar para reduzir a jornada de trabalho, converte-se no mais infalível recurso para converter a vida inteira do operário e de sua família numa grande jornada disponível para a valorização do capital; ocorre, assim, que o excesso de trabalho de uns é a condição determinante da carência de trabalho de outros, e que a grande indústria, lançando-se pelo mundo inteiro, em desabalada carreira, à conquista de novos consumidores, reduz em sua própria casa o consumo das massas a um mínimo de fome e mina com isso o seu próprio mercado interno. “A lei que

mantém constantemente o excesso relativo de população ou exército industrial de reserva em equilíbrio com o volume e a intensidade da acumulação do capital amarra o operário ao capital com ataduras mais fortes do que as cunhas com que Vulcano cravou Prometeu no rochedo. Isso dá origem a que a acumulação do capital corresponda a uma acumulação igual de miséria. A acumulação de riqueza em um dos polos determina no polo oposto, no polo da classe que produz o seu próprio produto como capital, uma acumulação igual de miséria, de tormentos de trabalho, de escravidão, de ignorância, de embrutecimento e de degradação moral.” (Marx, *O Capital*, t. 1, cap. XXIII) E esperar do modo capitalista de produção uma distribuição diferente dos produtos seria o mesmo que esperar que os dois eletrodos de uma bateria, enquanto conectados com ela, não decomponham a água nem engendrem oxigênio no polo positivo e hidrogênio no polo negativo.

Vimos que a capacidade de aperfeiçoamento da maquinaria moderna, levada a seu limite máximo, converte-se, em virtude da anarquia da produção dentro da sociedade num preceito imperativo que obriga os capitalistas industriais, cada qual por si, a melhorar incessantemente a sua maquinaria, a tornar sempre mais poderosa a sua força de produção. Não menos imperativo é o preceito em que se converte para ele a mera possibilidade efetiva de dilatar sua órbita de produção. A enorme força de expansão da grande indústria, a cujo lado a expansão dos gases é uma brincadeira de crianças, revela-se hoje diante de nossos olhos como uma necessidade qualitativa e quantitativa de expansão, que zomba de todos os obstáculos que se lhe deparam. Esses obstáculos são os que lhe opõem o consumo, a saída, os mercados de que os produtos da grande indústria necessitam. Mas a capacidade extensiva e intensiva de expansão dos mercados obedece, por sua vez, a leis muito diferentes e que atuam de uma maneira muito menos enérgica. A expansão dos mercados não pode desenvolver-se ao mesmo ritmo que a da produção.



A colisão torna-se inevitável, e como é impossível qualquer solução senão fazendo-se saltar o próprio modo capitalista de produção, essa colisão torna-se periódica. A produção capitalista engendra um novo “círculo vicioso”.

Com efeito, desde 1825, ano em que estalou a primeira crise geral, não se passam dez anos seguidos sem que todo o mundo industrial e comercial, a distribuição e a troca de todos os povos civilizados e de seu séquito de países mais ou menos bárbaros, saia dos eixos. O comércio é paralisado, os mercados são saturados de mercadorias, os produtos apodrecem nos armazéns abarrotados, sem encontrar saída; o dinheiro torna-se invisível; o crédito desaparece; as fábricas param; as massas operárias carecem de meios de subsistência precisamente por tê-los produzido em excesso, as bancarrotas e falências se sucedem. O paradeiro dura anos inteiros, as forças produtivas e os produtos são malbaratados e destruídos em massa até que, por fim, os estoques de mercadorias acumuladas, mais ou menos depreciadas, encontram saída, e a produção e a troca se vão reanimando pouco a pouco. Paulatinamente, a marcha se acelera, a andadura converte-se em trote, o trote industrial em galope e, finalmente, em carreira desenfreada, num steeple-chase da indústria, do comércio, do crédito, da especulação, para terminar, por fim, depois dos saltos mais arriscados, na fossa de um crack. E assim, sucessivamente. Cinco vezes repete-se a mesma história desde 1825, e presentemente (1877) estamos vivendo-a pela sexta vez. E o caráter dessas crises é tão nítido e tão marcante que Fourier as abrangia todas ao descrever a primeira, dizendo que era uma crise plétorique, uma crise nascida da superabundância.

Nas crises estala em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação de mercadoria fica, por um momento, paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias viram pelo avesso. O conflito

econômico atinge seu ponto culminante: o modo de produção rebela-se contra o modo de distribuição.

O fato de que a organização social da produção dentro das fábricas se tenha desenvolvido até chegar a um ponto em que passou a ser inconciliável com a anarquia - coexistente com ela e acima dela - da produção na sociedade é um fato que se revela palpavelmente aos próprios capitalistas pela concentração violenta dos capitais, produzida durante as crises à custa da ruína de numerosos grandes e, sobretudo, pequenos capitalistas. Todo o mecanismo do modo de produção falha, esgotado pelas forças produtivas que ele mesmo engendrou. Já não consegue transformar em capital essa massa de meios de produção, que permanecem inativos, e por isso precisamente deve permanecer também inativo o exército industrial de reserva. Meios de produção, meios de vida, operários em disponibilidade: todos os elementos da produção e da riqueza geral existem em excesso. Mas a “superabundância converte-se em fonte de miséria e de penúria” (Fourier), já que é ela, exatamente, que impede a transformação dos meios de produção e de vida em capital, pois na sociedade capitalista os meios de produção não podem pôr-se em movimento senão transformando-se previamente em capital, em meio de exploração da força humana de trabalho. Esse imprescindível caráter de capital dos meios de produção ergue-se como um espectro entre eles e a classe operária. É isso o que impede que se engrenem a alavanca material e a alavanca pessoal da produção; é o que não permite aos meios de produção funcionar nem aos operários trabalhar e viver. De um lado, o modo capitalista de produção revela, pois, sua própria incapacidade para continuar dirigindo suas forças produtivas. De outro lado, essas forças produtivas compelem com uma intensidade cada vez maior no sentido de que resolva a contradição, de que sejam redimidas de sua condição de capital, de que seja efetivamente reconhecido o seu caráter de forças produtivas sociais.

É essa rebelião das forças de produção, cada vez mais

imponentes, contra a sua qualidade de capital, essa necessidade cada vez mais imperiosa de que se reconheça o seu caráter social, que obriga a própria classe capitalista a considerá-las cada vez mais abertamente como forças produtivas sociais, na medida em que é possível dentro das relações capitalistas. Tanto os períodos de elevada pressão industrial, com sua desmedida expansão do crédito, como o próprio crack, com o desmoronamento de grandes empresas capitalistas, estimulam essa forma de socialização de grandes massas de meios de produção que encontramos nas diferentes categorias de sociedades anônimas. Alguns desses meios de produção e de comunicação já são por si tão gigantescos que excluem, como ocorre com as ferrovias, qualquer outra forma de exploração capitalista. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento já não basta tampouco essa forma; os grandes produtores nacionais de um ramo Industrial unem-se para formar um truste, um consórcio destinado a regular a produção; determinam a quantidade total que deve ser produzida, dividem-na entre eles e impõem, desse modo, um preço de venda de antemão fixado. Como, porém, esses trustes se desmoronam ao sobrevirem os primeiros ventos maus nos negócios, conduzem com isso a uma socialização ainda mais concentrada; todo o ramo industrial converte-se numa única grande sociedade anônima, e a concorrência interna dá lugar ao monopólio interno dessa sociedade única; assim aconteceu já em 1890 com a produção inglesa de álcalis, que na atualidade, depois da fusão de todas as quarenta e oito grandes fábricas do país, é explorada por uma só sociedade com direção única e um capital de 120 milhões de marcos.

Nos trustes, a livre concorrência transforma-se em monopólio e a produção sem plano da sociedade capitalista capitula ante a produção planejada e organizada da nascente sociedade socialista. É claro que, no momento, em proveito e benefício dos capitalistas. Mas aqui a exploração torna-se tão patente, que tem forçosamente de ser derru-

bada. Nenhum povo toleraria uma produção dirigida pelos trustes, uma exploração tão descarada da coletividade por uma pequena quadrilha de cortadores de cupões.

De um modo ou de outro, com ou sem trustes, o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem que acabar tomando a seu cargo o comando da produção. A necessidade a que corresponde essa transformação de certas empresas em propriedade do Estado começa a manifestar-se nas grandes empresas de transportes e comunicações, tais como o correio, o telégrafo e as ferrovias.

Além da incapacidade da burguesia para continuar dirigindo as forças produtivas modernas que as crises revelam, a transformação das grandes empresas de produção e transporte em sociedades anônimas, trustes e em propriedade do Estado demonstra que a burguesia já não é indispensável para o desempenho dessas funções. Hoje, as funções sociais do capitalista estão todas a cargo de empregados assalariados, e toda a atividade social do capitalista se reduz a cobrar suas rendas, cortar seus cupões e jogar na bolsa, onde os capitalistas de toda espécie arrebataam, uns aos outros, os seus capitais. E se antes o modo capitalista de produção deslocava os operários, agora desloca também os capitalistas, lançando-os, do mesmo modo que aos operários, entre a população excedente; embora, por enquanto ainda não no exército industrial de reserva.

Mas as forças produtivas não perdem sua condição de capital ao converter-se em propriedade das sociedades anônimas e dos trustes ou em propriedade do Estado. No que se refere aos trustes e sociedades anônimas, é palpavelmente claro. Por sua parte, o Estado moderno não é tampouco mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo Ideal. E

quanto mais forças produtivas passe à sua propriedade tanto mais se converterá em capitalista coletivo e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuam sendo operários assalariados, proletários. A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, se aguça. Mas, ao chegar ao cume, esboroa-se. A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito, mas abriga já em seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução.

Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua. Assim procedendo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, rompendo periodicamente as fronteiras do modo de produção e de troca, e só pode impor-se com uma força e eficácia tão destruidoras como o impulso cego das leis naturais, será posto em vigor com plena consciência pelos produtores e se converterá, de causa constante de perturbações e cataclismas periódicos, na alavanca mais poderosa da própria produção.

As forças ativas da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos e contamos com elas, exatamente como as forças da natureza: de modo cego violento e destruidor. Mas, uma vez conhecidas, logo que se saiba compreender sua ação, suas tendências e seus efeitos, está em nossas mãos o sujeitá-las cada vez mais à nossa vontade e, por meio delas, alcançar os fins propostos. Tal é o que ocorre, muito especialmente, com as gigantescoas forças modernas da produção. Enquanto resistirmos obstinadamente a compreender sua natureza e seu caráter - e a essa compreensão se opõem o modo capitalista de produção e seus defensores -, essas for-

ças atuarão apesar de nós, e nos dominarão, como bem ressaltamos. Em troca, assim que penetramos em sua natureza, essas forças, postas em mãos dos produtores associados, se converterão de tiranos demoníacos em servas submissas. É a mesma diferença que há entre o poder maléfico da eletricidade nos raios da tempestade e o poder benéfico da força elétrica dominada no telégrafo e no arco voltaico; a diferença que há entre o fogo destruidor e o fogo posto a serviço do homem. O dia em que as forças produtivas da sociedade moderna se submeterem ao regime congruente com a sua natureza por fim conhecida, a anarquia social da produção deixará o seu posto à regulamentação coletiva e organizada da produção, de acordo com as necessidades da sociedade e do indivíduo. E o regime capitalista de apropriação, em que o produto escraviza primeiro quem o cria e, em seguida, a quem dele se apropria, será substituído pelo regime de apropriação do produto que o caráter dos modernos meios de produção está reclamando: de um lado, apropriação diretamente social, como meio para manter e ampliar a produção; de outro lado, apropriação diretamente individual, como meio de vida e de proveito.

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e principia por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. A sociedade, que se movera até então entre antagonismos de classe, precisou do Estado, ou seja, de uma organização da classe exploradora correspondente

para manter as condições externas de produção e, portanto, particularmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão (a escravidão, a servidão ou a vassalagem e o trabalho assalariado), determinadas pelo modo de produção existente. O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese num corpo social visível; mas o era só como Estado que, em sua época, representava toda a sociedade: na antiguidade era o Estado dos cidadãos escravistas, na Idade Média o da nobreza feudal; em nossos tempos, da burguesia. Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando já não existir nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado.

O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, extingue-se. É partindo daí que se pode julgar o valor do falado “Estado popular livre” no que diz respeito à sua justificação provisória como palavra de ordem de agitação e no que se refere à sua falta de fundamento científico. É também partindo daí que deve ser considerada a exigência dos chamados anarquistas de que o Estado seja abolido da noite para o dia.

Desde que existe historicamente o modo capitalista

de produção, houve indivíduos e seitas inteiras diante dos quais se projetou mais ou menos vagamente, como ideal futuro, a apropriação de todos os meios de produção pela sociedade. Mas, para que isso fosse realizável, para que se convertesse numa necessidade histórica, fazia-se preciso que se dessem antes as condições efetivas para a sua realização. A fim de que esse progresso, como todos os progressos sociais, seja viável, não basta ser compreendido pela razão que a existência de classes é incompatível com os ditames da justiça, da Igualdade, etc.; não basta a simples vontade de abolir essas classes - mas são necessárias determinadas condições econômicas novas. A divisão da sociedade em uma classe exploradora e outra explorada, em uma classe dominante e outra oprimida, era uma consequência necessária do anterior desenvolvimento incipiente da produção. Enquanto o trabalho global da sociedade der apenas o estritamente necessário para cobrir as necessidades mais elementares de todos, e talvez um pouco mais; enquanto, por isso, o trabalho absorver todo' o tempo, ou quase todo o tempo, da imensa maioria dos membros da sociedade, esta se divide, necessariamente, em classes. Junto à grande maioria constringida a não fazer outra coisa senão suportar a carga do trabalho, forma-se uma classe que se exime do trabalho diretamente produtivo e a cujo cargo' correm os assuntos gerais da sociedade: a direção dos trabalhos, os negócios públicos, a justiça, as ciências, as artes, etc., É, pois, a lei da divisão do trabalho que serve de base à divisão da sociedade em classes. O que não impede que essa divisão da sociedade em classes se realize por meio da violência e a espoliação, a astúcia e o logro; nem quer dizer que a classe dominante, uma vez entronizada, se abstenha de consolidar o seu poderio à custa da classe trabalhadora, transformando seu papel social de direção numa maior exploração das massas.

Vemos, pois, que a divisão da sociedade em classes



tem sua razão histórica de ser, mas só dentro de determinados limites de tempo, sob determinadas condições sociais. Era condicionada pela insuficiência da produção, e será varrida quando se desenvolverem plenamente as modernas forças produtivas. Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja ela, e, portanto, das próprias diferenças de classe representa um anacronismo. Pressupõe, por conseguinte, um grau culminante no desenvolvimento da produção em que a apropriação dos meios de produção e dos produtos e, portanto, do poder político, do monopólio da cultura e da direção espiritual por uma determinada classe da sociedade, não só se tornou de fato supérfluo, mas constitui econômica, política e intelectualmente uma barreira levantada ante o progresso. Pois bem, já se chegou a esse ponto. Hoje, a bancarrota política e intelectual da burguesia não é mais um segredo nem para ela mesma e sua bancarrota econômica é um fenômeno que se repete periodicamente de dez em dez anos. Em cada uma dessas crises a sociedade se asfixia, afogada pela massa de suas próprias forças produtivas e de seus produtos, aos quais não pode aproveitar e, impotente, vê-se diante da absurda contradição de que os seus produtores não tenham o que consumir, por falta precisamente de consumidores. A força expansiva dos meios de produção rompe as ataduras com que são submetidos pelo modo capitalista de produção. Só essa libertação dos meios de produção é que pode permitir o desenvolvimento ininterrupto e cada vez mais rápido das forças produtivas e, com isso, o crescimento praticamente ilimitado da produção. Mas não-é apenas isso. A apropriação social dos meios de produção não só elimina os obstáculos artificiais hoje antepostos à produção, mas põe termo também ao desperdício e à devastação das forças produtivas e dos produtos, uma

das conseqüências inevitáveis da produção atual e que alcança seu ponto culminante durante as crises. Ademais, acabando-se com o parvo desperdício do luxo das classes dominantes e seus representantes políticos, será posta em circulação para a coletividade toda uma massa de meios de produção e de produtos. Pela primeira vez, surge agora, e surge de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente e ceda dia mais abundantemente suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e intelectuais .

Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e se sobrepõe às condições animais de existência, para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cerca o homem e até agora o dominam, colocam-se, a partir desse instante, sob seu domínio e seu comando e o homem, ao tomar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza. As leis de sua própria atividade social, que até agora se erguiam frente ao homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam a seu império, são agora aplicadas por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, submetidas a seu poderio. A própria existência social do homem, que até aqui era enfrentada como algo imposto pela natureza e a história, é de agora em diante obra livre sua. Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do

que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

## 7. O capitalismo em sua fase de agonia (V.I. Lênin, O imperialismo, fase superior do capitalismo)

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-no as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trusts. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países

de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências europeias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela “livre conquista”, poder-se-ia

dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É geralmente conhecido até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

## 8. Crises conjunturais e Crise histórica do capitalismo (Leon Trotsky, Aonde vai a França?)

### *a) A premissa econômica da revolução socialista*

A primeira e mais importante premissa de uma situação revolucionária é a exacerbação intolerável das contradições entre as forças produtivas e as formas de propriedade. A nação deixa de avançar. A freada do desenvolvimento da potência econômica e, mais que isso, sua regressão significativa que o sistema capitalista de produção desgastou-se por completo e deve dar lugar ao sistema socialista.

A crise atual, que abrange todos os países e atrasa a economia em dezenas de anos, empurrou definitivamente o sistema para o absurdo. Se no início do capitalismo operários famintos e ignorantes destruíram as máquinas, agora quem destrói as máquinas são os próprios capitalistas. De agora em diante, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção ameaça a humanidade com a barbárie e a degeneração.

A base da sociedade é sua economia. Esta base está madura para o socialismo em um duplo sentido: a técnica moderna alcançou um nível tal que poderia assegurar um

elevado bem-estar ao povo e a toda a humanidade; mas a propriedade capitalista, que sobrevive, condena os povos a uma pobreza e sofrimentos cada vez maiores.

A premissa fundamental, econômica, do socialismo existe desde muito tempo. Mas o capitalismo não desaparecerá de cena por si mesmo. Somente a classe operária pode arrancar as forças produtivas das mãos dos exploradores que as estrangulam. A história nos coloca esta tarefa de forma aguda. Se o proletariado se encontra, por esta ou aquela razão, incapaz de derrotar a burguesia e tomar o poder; se está, por exemplo, paralisado por seus próprios partidos e sindicatos, o declínio da economia e da civilização continuará, as calamidades serão acrescentadas, o desespero e a prostração se apoderarão das massas e o capitalismo – decrépito, corrompido, apodrecido – estrangulará os povos, cada vez com mais força, arrastando-os para o abismo de novas guerras. Não há salvação fora da revolução socialista.

### *b) Esta crise é a última crise do capitalismo ou não?*

Inicialmente, o presidium da Internacional Comunista tende explicar que a crise, iniciada em 1929, era a última crise do capitalismo. Dois anos depois, Stalin declarou que a crise atual, “provavelmente”, ainda não é a última. Do lado socialista encontramos a mesma intenção de profecia: é ou não a última crise?

“É imprudente afirmar – escreve Blum em *Le Populaire* de 23 de fevereiro – que a crise atual é como um espasmo supremo do capitalismo, o último sobressalto antes da agonia e decomposição”. É o mesmo ponto de vista de Grumbach, que afirmou em Mulhose, no dia 26 de fevereiro: “Alguns afirmam que esta crise é passageira; outros veem nela a crise final do sistema capitalista. Ainda não nos atrevemos a nos pronunciar definitivamente”.

Nesta forma de colocar a questão há dois erros cardinais: em primeiro lugar, se mistura a *crise conjuntural* com a *crise histórica de todo o sistema capitalista*; em segun-



do lugar, admite-se que, *independentemente da atividade consciente das classes*, uma crise pode, *por si mesma*, ser a “última crise”.

Sob a dominação do capital industrial, na época da livre competição, os ascensos conjunturais ultrapassavam de longe as crises; os primeiros eram a “regra”, os segundos a “exceção”; o capitalismo, em seu conjunto, estava em ascensão. Desde a guerra, com a dominação do capitalismo financeiro monopolista, as crises conjunturais ultrapassam de longe os reanimamentos; pode-se dizer que as crises se converteram em regra e os ascensos em exceção; o desenvolvimento econômico, em seu conjunto, não cresce, decai.

No entanto, as oscilações conjunturais são inevitáveis e, mesmo com o capitalismo doente, vão perpetuar-se enquanto ele existir. E o capitalismo vai perpetuar-se enquanto não se realizar a revolução proletária. Esta é a única resposta correta.

### *c) Fatalismo e marxismo*

O revolucionário proletário deve compreender, antes de tudo, que o marxismo, única teoria científica da revolução proletária, nada tem em comum com a espera fatalista da “última” crise. Por sua própria essência, o marxismo é um guia para a ação revolucionária. O marxismo não ignora a vontade e a coragem, ajuda-as a encontrar o caminho justo.

Não há nenhuma crise que, por si mesma, possa ser “mortal” para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil para o proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa para a sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história. Não a fazem por acaso nem segundo seu gosto, mas sob a influência de causas objetivas determinadas. Entretanto, suas próprias ações – sua iniciativa, sua audácia, sua devoção ou, pelo contrário, sua estupidez e sua covardia – entram como elos necessários na cadeia

do desenvolvimento histórico.

Ninguém, contou as crises do capitalismo nem indicou de antemão qual será a “última”. Mas toda a nossa época, e sobretudo a crise atual, dita imperiosamente ao proletariado: *Tome o poder!* Se o partido operário, apesar das condições favoráveis, se mostra incapaz de levar o proletariado à conquista do poder, a vida da sociedade continuará, necessariamente, sobre bases capitalistas, até uma nova crise ou uma nova guerra, talvez até o desmoronamento completo da civilização europeia.

## 9. A necessidade do partido revolucionário (Marx e Engels)

O proletariado passa por diversos estádios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.

No começo são os operários singulares que lutam, depois os operários de uma fábrica, depois os operários de um ramo de trabalho numa localidade contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações de produção burguesas, dirigem-nos contra os próprios instrumentos de produção; aniquilam as mercadorias estrangeiras concorrentes, destroçam as máquinas, deitam fogo às fábricas, procuram recuperar a posição desaparecida do operário medieval. Neste estádio os operários formam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda a consequência da sua própria união, mas a consequência da união da burguesia, a qual, para atingir os seus objetivos políticos próprios, tem de pôr em movimento o proletariado todo, e por enquanto ainda o pode. Neste estádio os proletários combatem, pois,

não os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários fundiários, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico está, assim, concentrado nas mãos da burguesia; cada vitória assim alcançada é uma vitória da burguesia.

Mas com o desenvolvimento da indústria o proletariado não apenas se multiplica; é comprimido em massas maiores, a sua força cresce, e ele sente-a mais. Os interesses, as situações de vida no interior do proletariado tornam-se cada vez mais semelhantes, na medida em que a maquinaria vai obliterando cada vez mais as diferenças do trabalho e quase por toda a parte faz descer o salário a um mesmo nível baixo. A concorrência crescente dos burgueses entre si e as crises comerciais que daqui decorrem tornam o salário dos operários cada vez mais oscilante; o melhoramento incessante da maquinaria, que cada vez se desenvolve mais depressa, torna toda a sua posição na vida cada vez mais insegura; as colisões entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o carácter de colisões de duas classes. Os operários começam por formar coalizões contra os burgueses; juntam-se para a manutenção do seu salário. Fundam eles mesmos associações duradouras para se premunirem para as insurreições ocasionais. Aqui e além a luta irrompe em motins.

De tempos a tempos os operários vencem, mas só transitivamente. O resultado propriamente dito das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união dos operários que cada vez mais se amplia. Ela é promovida pelos meios crescentes de comunicação, criados pela grande indústria, que põem os operários das diversas localidades em contacto uns com os outros. Basta, porém, este contacto para centralizar as muitas lutas locais, por toda a parte com o mesmo carácter, numa luta nacional, numa luta de classes. Mas toda a luta de classes é uma luta política. E a união, para a qual os burgueses da Idade Média, com os seus caminhos vicinais, precisavam de séculos, conseguem-na os

proletários modernos com os caminhos de ferro em poucos anos.

Esta organização dos proletários em classe, e deste modo em partido político, é rompida de novo a cada momento pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre, mais forte, mais sólida, mais poderosa. Força o reconhecimento de interesses isolados dos operários em forma de lei, na medida em que tira proveito das cisões da burguesia entre si. Assim [aconteceu] em Inglaterra com a lei das dez horas)...

De todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e soçobram com a grande indústria; o proletariado é o produto mais característico desta.

Os estados médios [*Mittelstände*] — o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês —, todos eles combatem a burguesia para assegurar, face ao declínio, a sua existência como estados médios. Não são, pois, revolucionários, mas conservadores. Mais ainda, são reacionários, procuram fazer andar para trás a roda da história. Se são revolucionários, são-no apenas à luz da sua iminente passagem para o proletariado, e assim não defendem os seus interesses presentes, mas os futuros, e assim abandonam a sua posição própria para se colocarem na do proletariado.—

O lumpemproletariado, esta putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, é aqui e além atirado para o movimento por uma revolução proletária, e por toda a sua situação de vida estará mais disposto a deixar-se comprar para maquinações reacionárias.

As condições de vida da velha sociedade estão aniquiladas já nas condições de vida do proletariado. O proletário está desprovido de propriedade; a sua relação com a mulher e os filhos já nada tem de comum com a relação familiar burguesa; o trabalho industrial moderno, a subjugação moderna ao capital, que é a mesma na Inglaterra

e na França, na América e na Alemanha, tirou-lhe todo o caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele outros tantos preconceitos burgueses, atrás dos quais se escondem outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes anteriores que conquistaram a dominação procuraram assegurar a posição na vida já alcançada, submetendo toda a sociedade às condições do seu proveito. Os proletários só podem conquistar as forças produtivas sociais abolindo o seu próprio modo de apropriação até aqui e com ele todo o modo de apropriação até aqui. Os proletários nada têm de seu a assegurar, têm sim de destruir todas as seguranças privadas e asseguramentos privados.

Todos os movimentos até aqui foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da maioria imensa no interesse da maioria imensa. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode elevar-se, não pode endireitar-se, sem fazer ir pelos ares toda a superestrutura [Überbau] das camadas que formam a sociedade oficial. Pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional. O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por resolver os problemas com a sua própria burguesia.

Ao traçarmos as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a guerra civil mais ou menos oculta no seio da sociedade existente até ao ponto em que rebenta numa revolução aberta e o proletariado, pelo derrube violento da burguesia, funda a sua dominação.

Toda a sociedade até aqui repousava, como vimos, na oposição de classes opressoras e oprimidas. Mas para se poder oprimir uma classe, têm de lhe ser asseguradas condições em que possa pelo menos ir arrastando a sua existência servil. O servo [Leibeigene] conseguiu chegar, na servidão, a membro da comuna, tal como o pequeno bur-

guês [*Kleinbürger*] a burgueses [*Bourgeois*] sob o jugo do absolutismo feudal. Pelo contrário, o operário moderno, em vez de se elevar com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe. O operário torna-se num indigente [*Pauper*] e o pauperismo [*Pauperismus*] desenvolve-se ainda mais depressa do que a população e a riqueza. Torna-se com isto evidente que a burguesia é incapaz de continuar a ser por muito mais tempo a classe dominante da sociedade e a impor à sociedade como lei reguladora as condições de vida da sua classe. Ela é incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar ao seu escravo a própria existência no seio da escravidão, porque é obrigada a deixá-lo afundar-se numa situação em que tem de ser ela a alimentá-lo, em vez de ser alimentada por ele. A sociedade não pode mais viver sob ela [ou seja, sob a dominação da burguesia], i. é, a vida desta já não é compatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis...

O primeiro grande passo a ser dado em todos os países que tenham recentemente entrado em movimento é a constituição dos operários em partido político independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário distinto...

## 10. Sobre a IV Internacional (Leon Trotsky, O programa de transição)

Os céticos perguntam: mas chegou o momento de criar uma nova internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional “artificialmente”; apenas os grandes acontecimentos podem fazê-la surgir etc. Todas essas objeções demonstram apenas que os céticos não servem para criar uma nova Internacional. Em geral não servem para nada. A IV Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição de velha direção. A luta de classes não tolera interrupção. A III Internacional, após a II, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional !

Mas os céticos não se calam: Já é momento de proclamá-la?” “A IV Internacional, responderemos, não tem necessidade de ser proclamada. Ela existe e luta. É fraca? Sim, suas fileiras são, até agora, pouco numerosas, pois ainda é jovem. Elas compõem-se, sobretudo, de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a única garantia do futuro. Fora desses quadros não existe, neste planeta, uma só corrente revolucionária que realmente mereça este



nome. Se nossa Internacional é ainda fraca em número, ela é forte pela doutrina, pela tradição, pelo programa, pela temperança incomparável de seus quadros. Aquele que não vê isto hoje que continue afastado. Amanhã isto será mais visível.”

A IV Internacional goza desde já do ódio merecido dos stalinistas, dos social-democratas, dos liberais burgueses e dos fascistas. Ela não tem nem pode ter lugar em nenhuma das frentes populares. Opõe-se irredutivelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. Sua tarefa é acabar com a dominação capitalista. Sua finalidade é o socialismo. Seu método é a revolução proletária. Sem democracia interna não existe educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional está fundamentado sobre os princípios do centralismo democrático: completa liberdade na discussão, total unidade na ação.

A crise atual da civilização humana é a crise da direção do proletariado. Os operários avançados, reunidos no seio da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem-lhe um programa baseado sobre a experiência internacional da luta emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos do mundo. Propõem-lhe uma bandeira sem mácula alguma.

Operários e operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da IV Internacional!



---

Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo  
*[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](https://anchor.fm/por-massas)*

---